

País não fará sacrifícios

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Paulo Haddad, anunciou ontem que o Brasil não aceitará metas do FMI que impliquem sacrifícios ao país. Uma das metas inaceitáveis citada pelo ministro é a de um superávit primário de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, que foi citada por um técnico do Fundo que esteve no Brasil. O ministro anunciou também que o Congresso irá participar ativamente das negociações com o FMI, acompanhando todas as etapas do processo, que começa com sua viagem a Washington, no próximo sábado.

Haddad disse que o acordo é imprescindível para o Brasil, mas que ele tem que ser realista e factível. "Já tivemos nos últimos anos sete cartas de intenções apresentadas ao Fundo e três acordos concluídos, e não cumprimos nenhum." O Brasil, em sua opinião,

precisa de um acordo, pois as reservas internacionais, embora confortáveis, devem ser resguardadas para garantir uma política cambial estável, importações emergenciais e para dar ao governo poder de barganha nas negociações com os credores.

No encontro com o FMI, Haddad pretende avaliar o programa que o Brasil tem em andamento com o Fundo, informar sobre o ajuste fiscal, o balanço de 1992, o orçamento de 1993, e sobre o fluxo de caixa do Tesouro. O ministro pretende usar como base das negociações o acordo já existente. Mas deseja que o acordo abranja até o último dia do mandato do presidente Itamar, em 1994. O ministro mostrará também ao FMI que o Brasil mantém a meta de resgatar em 93 metade dos US\$ 8 bilhões dos títulos do Tesouro que vencem no ano.